

CPLP

Com 15 Anos, que Comunidade?

Eis a questão óbvia. Talvez poucas vezes colocada de forma explícita, ela tem de estar na mente dos que acompanham a vida da organização - os pioneiros, os protagonistas dos vários momentos, os críticos, e mesmo alguns que se dizem indiferentes. Decorridos quinze anos desde a sua criação, impõe-se um balanço: será que as premissas se mantêm válidas? Continua a responder aos propósitos principais da sua criação? Está a crescer, ou isso não importa, bastando existir?



POR DOMINGOS SIMÕES PEREIRA

SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CPLP

Antes, há porém que registar a normal pluralidade das perspectivas que se afirmam terem orientado a criação da organização. Primeiro, a que podemos designar por visão portuguesa; estabelece que a própria natureza da anterior dominação, mesmo que colonial e portanto infectada com muitos dos males que regimes similares da época apresentavam, terá estabelecido relações especiais, a partir da língua e da convivência secular, tendo desenvolvido elementos de comunhão na história e na cultura dos povos que, uma vez banido o regime opressor de ambos (os povos), a afirmação do seu interesse em cooperar foi uma atitude lógica e consequente. Depois, o Brasil e a identidade mestiça como traço mais emblemático, e repre-



sentativo do encontro e fusão de várias identidades, sendo a europeia (Portuguesa) e a africana, as determinantes do luso-tropicalismo, agora superiormente valorizados, para o surgimento da comunidade. E finalmente, da mesma forma que o Português, mas talvez num discurso inverso, os africanos. Evocam a clarividência dos seus líderes no processo das independências e a separação então proclamada entre o regime opressor e o povo português como o factor chave para esta conjugação de interesses e o estabelecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Timor Leste foi então um prolongamento natural e consequente que permitiu aos fundadores materializar a solidariedade subscrita como pedra de toque e uma orientação inclusiva, internacional e plural da organização.

Estas diferentes perspectivas, pode se dizer hoje, nunca se apresentaram como verdadeiramente contraditórias nem mesmo antagónicas ou com a intenção de reclamar estatutos e protagonismos especiais. Na verdade, nem ofuscou o devido reconhecimento à cronologia dos factos objectivamente identificados e os correspondentes protagonistas, nas pessoas do Embaixador Aparecido de Oliveira, do Ministro Jaime Gama e dos Presidentes José Sarney e Mário Soares. Limitaram-se a estender um reconhecimento implícito à validade dos legados de Amílcar Cabral e dos intervenientes da CONCP, das negociações que desbloquearam



a proclamação das independências dos Estados Africanos e da própria fase das lutas clandestinas em Lisboa, em que os agentes da resistência política souberam emprestar uma visão congregadora e inclusiva da vontade dos povos.

Aqui, também não se pode deixar de valorizar o sucesso das relações entre o Brasil e Portugal que muito rapidamente conseguiram ultrapassar complexos e preconceitos próprios desses momentos, e que, em outras realidades idênticas têm produzido resultados bastante mais difíceis.

Pareceu-me importante visitar estas asserções antes de evocar o ano de 1989 e São Luís do Maranhão, data e local de criação do IILP, considerado a base, o pressuposto fundamental para que, sete anos depois, os sete Estados reunidos num gesto de verdadeiro exercício das respectivas soberanias, proclamassem a sua adesão à construção da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. E, portanto, não é a igualdade singular do voto por país ou o facto de só haver decisão por unanimidade que estabelece que “aqui, não há uma metrópole que irradia para as periferias”. Seria ingenuidade pura não reconhecer a diferença no peso económico e político dos Estados membros, mas a verdade é que, no pior ou na melhor das hipóteses, teríamos sempre mais de uma metrópole e as periferias mudando continuamente de posição e de ordem.

Foi dessa forma e com este princípio que surge a CPLP,

duas décadas depois das independências africanas, ainda que estes continuavam confrontados com obstáculos vários – Angola a sair de uma sangrenta guerra civil, Moçambique ainda em chamas, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe com colossais problemas económicos, políticos e sociais. Sem se compreender isto, corremos o risco de se fechar uma qualificação minimalista da “Cimeira de Lisboa” em Julho de 1996 e da designação da língua como o factor comum e “o ponto de partida”. Eis portanto a referência a partir da qual será justo questionar se, decorridos quinze anos, se pode afirmar ter valido a pena e se ainda se justifica.

Mas, mesmo com esses pressupostos, a avaliação do percurso só pode ser mitigado, em função dos elementos que se escolher como indicadores. Começando pelos considerados mais positivos, temos de reconhecer que ser a 6ª língua mais falada no mundo e utilizada por mais de 240 milhões de pessoas em todos os continentes não são elementos negligenciáveis. A localização estratégica dos Estados e a sua respectiva importância política têm oferecido uma visibilidade importante à organização, o que só é válido e importante porque os próprios países estão se amadurecendo e a consolidar a democratização dos seus regimes e instituições. Durante estes quinze anos de existência, a organização se estruturou, dotando-se de órgãos e de mecanismos cada vez mais performantes. Merecem destaque a criação recente da Assembleia Parlamentar e da Confederação Empresarial da CPLP, mas também o surgimento de Observadores Associados (Senegal, Maurícias e Guiné-Equatorial) e Consultivos (mais de meia centena de organizações), o Fórum da Sociedade Civil, o Foral (Fórum das Autoridades Locais), o Conselho Económico e Social (em fase de estruturação conjunta pela Confederação Empresarial e pela Associação dos Sindicatos dos Países de Língua Portuguesa) e a extraordinária proliferação de iniciativas, tanto de natureza oficial e estatal como da sociedade civil e de carácter mais informal.

Deram-se passos sonantes na estruturação dos outros dois eixos de intervenção, a saber, a Concertação Política Diplomática e a Cooperação nos mais diversos domínios e sectores da administração pública. Criou-se um “fundo especial” que vai permitindo financiar projectos e acções pontuais concretos cujos méritos e pertinência tenham sido positivamente avaliados pelos Pontos focais de cooperação e pelo Comité de Concertação Permanente (Conselho dos Embaixadores). Com efeito, devemos nos orgulhar do facto de temas como a segurança interna dos Estados, a democratização das sociedades, Plano Estratégico para a Cooperação na Saúde, Estratégia comum para os mares e Oceanos, Legislação dos Estados, a segurança no trabalho, a cultura, o desporto, a televisão, o ensino, as universidades, e muitos, muitos mais, sejam agenda normal e permanente da organização, com indicadores muito sonantes das acções concretas, realizadas ou em curso.

Associo ainda a este quadro de indicadores positivos, o facto de terem surgido nos últimos tempos, talvez na proporção do número de apoiantes (militantes da causa), muitas vezes críticas da organização, que questionam desde os fundamentos, os propósitos, até os resultados, passando pelos procedimentos. Esta franja, também bastante plural na sua composição inclui intelectuais e mesmo académi-



cos que têm criticado a “inocuidade” das formalidades e reuniões que se multiplicam, em detrimento da substância, ou ainda, a não incorporação de uma agenda económica o que alegadamente “transforma a organização numa mera formalidade”. O acordo ortográfico e o risco de dominação do Vocabulário Brasileiro para além de alterações que ferem a sensibilidade literária de alguns escritores, tem sido também muito fortemente evocado. Outro, se tem falado da falsidade das estatísticas quanto ao número de falantes/ utilizadores quando “sabemos” que nem toda a população dos nossos países usa correcta, corrente e fluentemente o Português. Da comunidade em geral, chega o inconformismo em relação à falta de aplicação dos acordos sobre a livre circulação de pessoas e bens, assim como, relativas ao estatuto de cidadão da CPLP.

Felizmente, muitas destas críticas chegam em forma de apresentações, das mais distintas que se pode escutar em Português e sobre a Língua Portuguesa – ricas de conteúdo, profundas nas análises, umas subtis e irreverentes, ilustrando a beleza e a elasticidade dessa língua (que o Prof. Adriano Moreira segue lembrando “não ser nossa mas ser também nossa”), outras mais hirtas, mais exigentes de conhecimento e destreza e rigor na sua utilização. Políticos, académicos, gestores, diplomatas, artistas, estudantes, muitos têm trazido o seu testemunho, a sua avaliação, a sua expectativa sobre o muito que o Português teria a dar, não fosse a nossa alegada atitude tacanha, falta de sentido de oportunidade, inoperância de instituições como a CPLP, o IILP e outros. Outros nos dizem que muito se tem feito e alertam para a necessidade de se saber valorizar o que está conseguido – chamam a atenção para o facto do 6º lugar neste caso representar o primeiro de mais de uma centena, no lugar de nos penitenciar por não conseguirmos ultrapassar logo e imediatamente os primeiros cinco. As recomendações têm sido dirigidas, entre outras, à necessidade de uma biblioteca lusófona, à revitalização da AULP e à criação de uma Universidade/Fórum de debate permanente, passando por circuitos regulares de interação e outros mecanismos de intercâmbio e troca, melhorar a capacidade de comunicação dentro da organização, sem a qual não existe comunidade, e argumentam que “o peso mundial de uma língua se mede não necessariamente pelos falantes ou mesmo pelos habitantes do país que a tem como língua oficial mas pela sua zona de influência”.¹ Mas, também nos chegou que “o mais importante é caminhar. Caminhar sem perder o rumo. Não o Norte, o rumo, pois este pode ser agora o Sul”².

A CPLP é por isso para nós, um projecto sim, muito ambicioso sim, mas necessário, viável e realizável.

Nestes 15 anos de existência, a CPLP tem procurado harmonizar a actuação internacional dos Estados, criar sinergias

em torno de projectos comuns, gerar convergências, lançar novas pontes de entendimento entre os respectivos Povos, consolidar a identidade colectiva das Comunidades e aproximar, de jure e de facto, os seus cidadãos. Como em outras organizações de natureza semelhante, é manifesto o hiato entre a proclamação de vontades, a formulação de intenções e o que é efectivamente realizado. Contudo, o balanço só pode ser positivo, principalmente considerando a existência de um mundo que caminha para a supressão de particularidades e diferenças, que constituem, afinal, a maior riqueza patrimonial das sociedades humanas.

A língua é afinal um instrumento de desenvolvimento e de promoção do diálogo intercultural. Assim, a promoção e utilização do Português não deve ser dissociada da projecção social, económica e política dos seus utentes, nos diversos contextos em que estiverem inseridos. A clareza de propósitos e a franqueza na abordagem dos assuntos aqui tratados devem constituir apanágio ao nosso esforço de construção comunitária – sem zonas sombra, sem tabus, sem complexos – na celebração de identidades, na realização de negócios, no exercício da cidadania e na liberdade de circulação, na construção de sociedades plurais, democráticas e de desenvolvimento.

Todavia, muitas vezes chegado a este ponto temo-nos perdido numa discórdia dispensável entre o que é a CPLP e a necessidade real (ou nem tanto) de construção de uma identidade lusófona. Parece aceitável que a Lusofonia encerra um espaço físico bem mais vasto do que a CPLP. Todavia, replicam outros que o capital político acumulado pela CPLP ao longo de 15 anos é inquestionavelmente mais significativo, porque exercido por uma entidade reconhecida por todos os seus Estados membros e com direito de voz e participação em fora multilaterais.

Ora, no mundo que hoje se pretende caracterizado pela globalização e por consequentes tentativas de inclusão cultural, política e económica, a Lusofonia *per se* pode não garantir a defesa dos interesses dos Povos que a constituem - afirmou o Prof. Adriano Moreira que “nenhum povo recebe o passado a benefício do inventário”. Portanto, mais do que uma herança, a Lusofonia tem de ser um desafio.

Por definição, a prática política dos Estados e das sociedades civis de cada país no seio da CPLP deve traduzir-se na concretização da solidariedade, ancorada entre os Estados membros na longa convivência entre povos de diferentes culturas; da promoção da democracia, a defesa dos direitos políticos, económicos e sociais dos cidadãos; e da valorização da riqueza e da produção cultural do espaço de língua portuguesa, incluindo a produção em línguas nacionais que convivem com o português, contribuir para construir o que poderá vir a ser uma verdadeira cultura lusófona, enriquecida com contribuições dos criadores de todos os nossos países.

**É INDISPENSÁVEL
UM ESFORÇO
PARA INTEGRAR
NA VISÃO ACTUAL
DA LUSOFONIA
AS NECESSÁRIAS
COMPONENTES
QUE TRADUZAM
AS REALIDADES E
EXPECTATIVAS DOS
PAÍSES DO SUL (O
SUL APÓS SEC.XVIII)
– OS CINCO PAÍSES
AFRICANOS E TIMOR-
LESTE, DE FORMA
A PROPICIAR UM
DIÁLOGO ACTUAL,
CONSEQUENTE E
DESCOMPLEXADO**



No mundo que hoje se pretende caracterizado pela globalização e por consequentes tentativas de inclusão cultural, política e económica, A Lusofonia, mais do que uma herança, tem de ser um desafio

A lusofonia ficará reforçada se esse esforço se traduzir, por exemplo, numa melhor e mais eficaz utilização dos órgãos de comunicação social para dar a conhecer as realidades de cada país no espaço da Comunidade. Temos que reconhecer que o conhecimento recíproco entre os nossos povos ainda se encontra longe do desejável.

Os sistemas educativos devem ser utilizados na familiarização das crianças e adolescentes com esta Comunidade, de maneira a permitir que pessoas de países diferentes comuniquem na mesma língua. E iniciativas devem ser desenvolvidas para motivar os jovens dos diversos países a conviverem, a trocarem experiências e a conspirar por um futuro melhor – a CPLP nas Escolas foi lançada há um ano, em Lisboa, e queremos que se estenda a outros países da CPLP. Igualmente se tem comemorado o dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP, a 5 de Maio, incentivando os Estados membros a dar-lhe a devida relevância.

Mia Couto, no seu jeito peculiar de observar, interrogar e opinar diz acreditar que o que falta “... é uma postura prática, voltada para a construção de soluções. Agora é preciso e é urgente desenharmos ações que afirmem a nossa individualidade no mundo globalizado. (...) Não temos senão duas alternativas: ou ficamos no muro da retórica ou descemos para o chão da realidade, mesmo aceitando que essa realidade se diz no plural. Teremos a comunidade que entendermos ser a nossa e aquela que melhor nos servir. Basta que a façamos”.

É assim nessa asserção que a CPLP tem a tarefa de ser, cada vez mais, um espaço de cooperação, fraternidade e amizade entre os povos que partilham não só a língua mas também outros valores comuns que os identificam. Contudo, não podemos ter ilusões – ou a vamos conseguir trabalhando juntos,

ou também neste caso a velocidade do pelotão continuará a ser marcada pelo avanço do último soldado.

Todavia não parece razoável desperdiçar mais tempo e oportunidades. Para que a visão de toda a Comunidade possa ser de facto incorporada num conceito amplamente aceite, terá que haver interesse pelo debate das ideias que lhe estão subjacentes, entre os intelectuais e a sociedade civil de cada país. É indispensável um esforço para integrar na visão actual da lusofonia as necessárias componentes que traduzam as realidades e expectativas dos países do Sul (o Sul após Sec.XVIII) – os Cinco países africanos e Timor-Leste, de forma a propiciar um diálogo actual, consequente e descomplexado.

Esta constatação oferece a ocasião para expressar gratidão e reconhecimento ao Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica por dedicar a sua prestigiada revista “Nova Cidadania” a assinalar os 15 anos da CPLP. Através desta, saudar a todas as instituições, públicas e privadas, associações e pessoas individuais que têm proclamado a sua adesão à causa da lusofonia e à construção da CPLP. Desta forma estou certo que, com avanços e ajustes devidamente alvitados pelo contraditório das reflexões que se irão produzir e muitas mais que continuarão a acontecer, estaremos todos mais avisados e então melhor preparados a enfrentar os obstáculos que ainda se erguem. ::

NOTAS

¹ Conferência sobre o futuro da Língua Portuguesa realizada na Gulbenkian pela União Latina. Dr. Carrilho

² Idem, Dr. Carlos Lopes